

Auditoria Já

III Congresso Catarinense da Auditoria Cidadã da Dívida foi realizado dias 9 e 10 de agosto

Texto e foto: Ana Carolina Madeira jornalista e integrante da ACD/SC

O evento debateu as implicações da dívida pública no sistema político e na vida do país, foi realizado no auditório da Reitoria da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e contou com a participação da Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Maria Lucia Fattorelli; do economista da ACD nacional, Rodrigo Ávila; do professor da UFSC e Iela (Instituto de Estudos Latino Americanos), Nildo Ouriques; do Coordenador do Núcleo carioca da ACD e servidor do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), Paulo Lindsay e do economista da UFSC e Univali (Universidade do Vale do Itajaí), Daniel Corrêa.

Abertura

Mas a Realidade é que o Brasil é a 9ª Economia Mundial, com riquezas naturais em flora, fauna, minérios, clima, abundância de



água doce, território grande com o mesmo idioma, cultura, criatividade do povo e tantos outros motivos que trazem a pergunta: Como um país tão rico deixa seu povo tão pobre?

Com quase 300 participantes, a primeira noite do III Congresso Catarinense 2018 de Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) contou com palestra da coordenadora nacional da ACD, Maria Lúcia Fattorelli e do presidente do IELA,

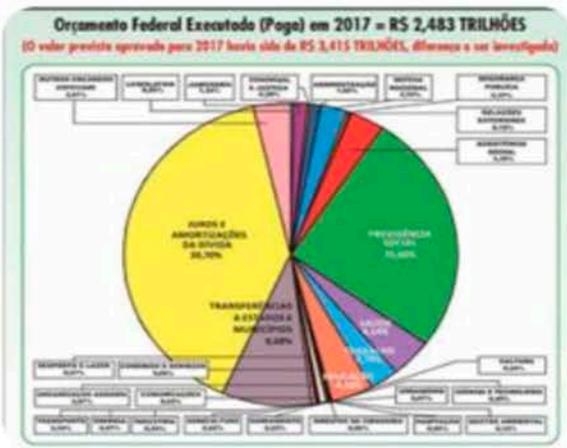
Nildo Ouriques. O auditório da Reitoria 1 da UFSC começou a lotar, para conhecer o Sistema da Dívida Pública e entender como está interligado às políticas econômicas, Contrarreformas, desigualdade social e ao capitalismo neoliberal.

O coordenador geral do evento e integrante

do Núcleo Catarinense de Auditoria Cidadã da Dívida (ACD/SC), Antoniel Gonçalves, abriu o evento elogiando o trabalho voluntário, a presença dos palestrantes da noite, do coordenador do núcleo carioca da ACD Paulo Lindesay, do professor da UNIVALI Daniel Corrêa da Silva e do público. O coordenador da ACD/SC, Luciano Vêras falou da composição do núcleo, atividades de formação, palestras e eventos já realizados nestes seis anos.

Miséria e Abundância

Maria Lúcia falou sobre o Sistema da Dívida e a Política Econômica, onde abordou conjuntura atual, com o Paradoxo Brasil, onde há cenário de miséria e realidade de abundância. "Chamo de cenário, porque pode mudar, pode ser feito", explica a coordenadora nacional da ACD, que também é auditora fiscal aposentada da



Auditoria Já

Receita Federal. Neste cenário há corrupção, desigualdade social, cortes em orçamento para Educação, Pesquisa, Saúde, Transportes, Segurança, Assistência Social, entre outros. Mas a Realidade é que o Brasil é a 9ª Economia Mundial, com riquezas naturais em flora, fauna, minérios, clima, abundância de água doce, território grande com o mesmo idioma, cultura, criatividade do povo e tantos outros motivos que trazem a pergunta: Como um país tão rico deixa seu povo tão pobre?

Simples: Usando um modelo econômico concentrador de renda e riqueza. Este modelo tem como principais eixos o Sistema da Dívida, a Política Monetária Suicida e o Modelo Tributário Regressivo. “Neste período eleitoral, precisamos cobrar dos candidatos que realizem auditoria da dívida pública integral, técnica e com participação popular. Todos desde Collor fizeram privatizações. E o recurso das privatizações vai só para Dívida Pública. A própria tributação é injusta. Vocês sabiam que a faixa de renda que mais paga tributos é a que recebe de três a quatro salários mínimos? Os que recebem mais de 300 salários mínimos pagam muito menos de impostos”, declara a auditora fiscal aposentada.

Ela também falou do esquema que ajudou a quebrar a Grécia: Securitização de Créditos. Na prática é a criação de novas estatais disfarçadas como se fossem empresas de sociedade anônima para desviar recursos do orçamento. Assim, os governos não terão controle dos recursos e nenhum planejamento será cumprido. Pior, vai aumentar a dívida pública. Tudo isso justamente num cenário de crise e de privatizações. Foi realizada

uma CPI em Belo Horizonte com um caso semelhante (PBH Ativos S.A), em que foram confirmadas todas as denúncias da Auditoria Cidadã.

Ouriques disse que a Economia tem relação indissociável com a Política, citou Aristóteles. Ele, que também é professor da UFSC, questionou quem enriquece nos debates de política econômica. “Essa República Rentista, como chamo, está num estágio em que todas as frações do capital estão coesas”, afirmou o presidente do IELA. Para ele, o Sistema da Dívida é o esquema mais eficaz para concentração de renda e riqueza nas mãos de alguns.

Quem somos

A auditoria da dívida está prevista na Constituição Federal – artigo 26 do ADCT – até hoje não cumprido.

Desde o início de seu funcionamento, em 2001, a Auditoria Cidadã da Dívida é coordenada por Maria Lucia Fattorelli, de forma totalmente voluntária. Conta também com o trabalho voluntário e participação de grande número de cidadãos e entidades da sociedade civil. O Sindprevs/SC é uma dessas entidades, apoiando as ações do Núcleo no estado desde 2015.



A dívida dos estados de Santa de Catarina e do Rio de Janeiro

Texto e fotos: Ana Carolina Madeira
jornalista e integrante da ACD/SC

A segunda noite do III Congresso Catarinense 2018 de Auditoria Cidadã da Dívida aconteceu no auditório da Reitoria 1 da UFSC, na sexta-feira (10). Em meio a manifestação na UDESC, com engarrafamento em Florianópolis, nem todos os 300 inscritos puderam chegar a tempo. Os palestrantes da noite falaram sobre Dívida dos Estados, mais especificamente de Santa Catarina e do Rio de Janeiro.

O coordenador no Núcleo Norte SC da Auditoria Cidadã da Dívida e professor universitário, João Luis Abrantes Bertoli, abriu o evento contando do nascimento do Núcleo Catarinense, onde foi um dos fundadores e do crescimento do movimento desde 2014, no estado. O representante do Sinjusc, Alessandro Pixius falou da cartilha que pede democracia nos Tribunais de Contas dos estados e sobre a importância das eleições diretas.

O diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN e coorde-

nador do Núcleo da Auditoria Cidadã – RJ, Paulo Lindesay comparou a polaridade entre direita e esquerda brasileira atualmente com, “uma disputa de Fla x Flu”. O carioca palestrou sobre Intervenção Militar no Rio de Janeiro e Dívida Pública. Fez também um breve histórico da evolução da dívida pública desde meados de 1970.

Rio de Janeiro

Lindesay declara que, “pior que intervenção militar, é o que vamos sofrer agora: a criação da comissão de supervisão que terá acesso às senhas dos estados. Essa comissão terá mais poder que o governador do estado!”.

Paulinho Fattorelli, como também é conhecido conta que, “foi preparado o terreno para a renegociação em cada estado a renegociação com a União em 1996”. O FMI impôs como condicionante à empréstimo aos estados a criação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV) aos empregados públicos de empresas estatais. “Essa situa-

ção foi para limpar a área e poder criar a Lei 9496/97 (Renegociação da Dívida dos Estados)”, conta. Essa lei não usou o índice oficial de inflação, preferiu outro muito mais alto.

“Saldo devedor inicial inflado pelo

PROES - Condições abusivas: juros nominais IGP-DI + 6 a 9% - Ilegalidades, ilegitimidades e desrespeito ao Federalismo”, cita o coordenador do núcleo carioca. O palestrante lembrou que boa parte do que é chamado de dívida pública, é na verdade, de bancos privados. O endividamento só aumentou, por mais economia que os estados e a União fizessem. Logo, foram propostas mais leis para aumentar a capacidade de pagar as dívidas.

O arcabouço legal, conforme pontua o diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, abrange LC 87/97 (Lei Kandir), Lei 9496/97 (Renegociação da Dívida dos Estados), EC 19/98, LC 101/2000(LRF), EC 41/2003, EC 47/2005, Lei 12.618/2012 (Funpresp), Lei 13.135/2015 (Pensão), LC 148/2014, LC 156/2016, LC 159/2017, Medida Provisória 816/2018 (Cria a comissão de Supervisão dos planos de Recuperação Fiscal), ADI 2135 (Revogação artigo 39 CF – Fim do RJU - governo FHC), PLP 248/98 (propõe demissão de servidores públicos) e o PLS 116/2017 (propõe demissão de servidores públicos ESTÁVEIS - Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)) e o contrato de empréstimo n. 121.146/96, governo Marcelo Alencar - R\$ 180 milhões, R\$ 120 p/pagamento de décimo terceiro de servidores estaduais 1995 e R\$ 60 milhões para reforma administrativa – (PDV) com 44 condicionantes – (<https://auditoriacidada.org.br/.../2014/05/>



Auditoria Já

Contrato-CEF-RJ.pdf).

Atualmente, “todos os governos estaduais preparam demissão dos servidores públicos. Com essa alteração de Despesa do Serviço Público para Despesa de Pessoal, foram acrescentados terceirizados. Assim, os governantes vão ultrapassar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal”, alerta Paulo Lindesay. Isso inclui demissão de servidores estáveis, a partir da Emenda Constitucional 19. Segundo ele, o Brasil é o único país que fala na Constituição que vai pagar dívida. Embora também conste na Carta Magna que será feita auditoria da dívida e nunca foi cumprida.

Além dos juros flutuantes (proibidos pela Convenção de Viena e considerados anatocismo pela súmula 121 STF), falta de transparência, ausência de auditoria com participação popular, outra bomba está tentando ser legalizada em vários estados e municípios: a criação de empresas S/A de Sociedade de Propósito Específico para a chamada “Securitização de Créditos”. Além de inconstitucionais por ferirem o artigo 173 da Constituição Federal, já foi denunciada na CPI da PBH Ativos S/A, em Minas Gerais e foi considerado esquema fraudulento que ajudou a quebrar a Grécia.

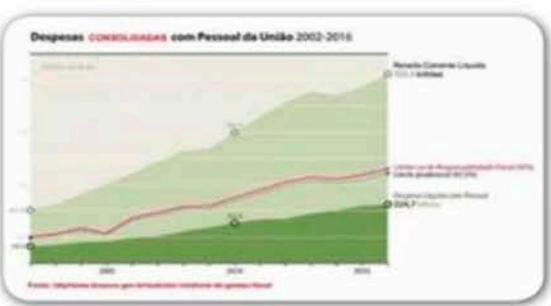
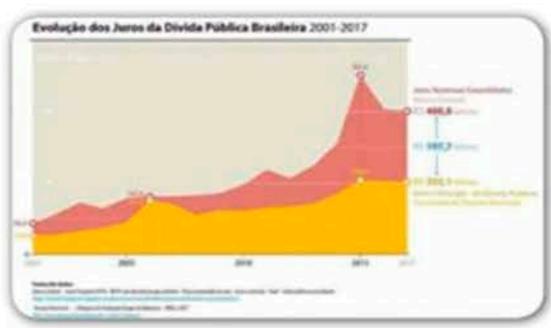
A base monetária brasileira é

muito baixa se comparada à de outros países, apenas cerca de 4% do PIB, por esse motivo não tem dinheiro. Sobre swap cambial, Lindesay explica que no Brasil, “é feita troca de moeda, não é feito swap cambial”. Assim, os cofres públicos acumulam prejuízo com essas transações compromissadas.

Santa Catarina

O professor da Univali Daniel Corrêa da Silva fala do processo de Renegociação do Plano Real e sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Não há nada mais irresponsável que a Lei de Responsabilidade Fiscal para a tributação”, resumiu Corrêa que também é economista e mestre em Relações Internacionais.

Ele conta que Santa Catarina vive em austeridade fiscal permanente e que a dívida só aumenta, mesmo com superávit primário (economia forçada de investimentos sociais) entre 2010 e 2013. Em 2012, foi realizado empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch, na ordem de US\$ 726 milhões (equivalente a R\$ 1,47 bilhão) e o prazo de pagamento



de 10 anos. O interessante é que este recurso foi usado na quitação de resíduo em novembro de 2012 (R\$ 1,38 bilhão), além de R\$ 77 milhões para amortizações e 19,6 milhões para pagamento de juros e correções monetárias.

Foi feita outra renegociação em 2016, com taxa de IPCA + 4%. As contrapartidas são: Não conceder reajustes ao funcionalismo; Limitar o crescimento das despesas primárias à inflação do ano anterior; Redefinição da composição de gastos com pessoal e Redução de despesas com a máquina estatal. Em julho de 2018, acabou o desconto nas parcelas de pagamento da dívida de SC com a União. Como consequência, haverá colapso das contas públicas, que forçará privatizações das empresas públicas CELESC, SC GÁS, CASAN, CIDASC E EPAGRI. Assim como também cortes nos investimentos de Saúde e Educação. Por outro lado, o estado deixa de arrecadar com a renúncia fiscal para grandes empresas, o valor aproximado de R\$ 5,9 bilhões previstos para 2019.

